



GCM JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - PB

Guarda Civil Municipal
(GCM)

EDITAL Nº 01/2023, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

CÓD: SL-031DZ-23
7908433246848

Língua Portuguesa

| | |
|--|----|
| 1. Leitura, compreensão e interpretação de textos. | 11 |
| 2. Estruturação do texto e dos parágrafos. | 12 |
| 3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. | 12 |
| 4. Significação contextual de palavras e expressões. | 13 |
| 5. Equivalência e transformação de estruturas. | 14 |
| 6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. | 15 |
| 7. Pontuação. | 20 |
| 8. Estrutura e formação de palavras. | 22 |
| 9. Funções das classes de palavras. | 24 |
| 10. Flexão nominal e verbal. | 29 |
| 11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. | 34 |
| 12. Concordância nominal e verbal. | 35 |
| 13. Regência nominal e verbal. | 36 |
| 14. Ortografia oficial. | 39 |
| 15. Acentuação gráfica. | 39 |

Matemática

| | |
|--|----|
| 1. Funções: Domínio, contradomínio e imagem; gráficos de funções; definição, análise e gráfico da função afim; função quadrática; suas raízes ou seus zeros, estudo da parábola; função, equações e inequações das funções modulares, exponenciais, logarítmicas. | 49 |
| 2. Geometria Plana: teoremas de Tales, triângulos, circunferências e cálculo de áreas. | 54 |
| 3. Análise combinatória: permutações, arranjos, combinações, números binomiais, binômio de Newton, triângulo de Pascal . | 62 |
| 4. Trigonometria: leis dos senos, cossenos, circunferência trigonométrica, as equações e inequações trigonométricas, as funções seno e cosseno | 64 |
| 5. Polinômios: funções, valor numérico, igualdade, raízes, equações, decomposição de fatores de 1º grau | 71 |
| 6. Números complexos: conjuntos, operações, representações geométricas, módulo, forma trigonométrica, equações binômias e trinômias | 75 |

Raciocínio Lógico

| | |
|---|-----|
| 1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. | 81 |
| 2. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos | 93 |
| 3. Operações com conjuntos. | 103 |
| 4. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. | 107 |

Noções de Informática

| | |
|--|-----|
| 1. Hardware: Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos..... | 113 |
| 2. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos. Extensão e Arquivos..... | 119 |
| 3. Editor de Textos: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto..... | 144 |
| 4. Planilhas Eletrônicas: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados | 148 |
| 5. Correio Eletrônico - uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos | 153 |
| 6. Ferramentas de Comunicações e Reuniões On-line: Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, Google Hangout..... | 155 |
| 7. Internet: Intranet, Extranet, Protocolo e Serviço, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais; Navegadores - Mozilla Firefox/Google Chrome - Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Tecnologia da informação e segurança de dados | 167 |
| 8. Segurança da Informação: Princípios de Segurança, Confidencialidade e Assinatura digital, Procedimentos de Segurança e Backup, Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques | 178 |

Sociologia

| | |
|---|-----|
| 1. Teorias Sociológicas: Principais teorias sociológicas, como o funcionalismo, o conflito e o interacionismo simbólico..... | 187 |
| 2. Estratificação Social: Estratificação social, incluindo classes sociais, status, poder e desigualdade econômica, e como isso influencia a vida das pessoas | 187 |
| 3. Socialização: Como os indivíduos são socializados na sociedade, incluindo processos de aprendizado de normas, valores e identidades | 188 |
| 4. Instituições Sociais: Instituições sociais como a família, a educação, a religião e a política, e como elas moldam à vida das pessoas | 191 |
| 5. Mudança Social: Processos de mudança social, incluindo inovações tecnológicas, movimentos sociais e globalização | 192 |
| 6. Cultura e Identidade: Como a cultura afeta à identidade e o comportamento das pessoas, incluindo aspectos culturais como língua, símbolos e rituais | 196 |
| 7. Grupos Sociais: dinâmica de grupos sociais, incluindo normas de grupo, conformidade, desvio e conflitos..... | 204 |

História

| | |
|---|-----|
| 1. HISTÓRIA: À Guerra da Restauração Pernambucana na Paraíba: Eventos e figuras históricas relacionadas à Guerra da Restauração Pernambucana (1645-1654) que ocorreram na Paraíba, incluindo a resistência contra o domínio holandês..... | 211 |
| 2. A Revolução de 1817 na Paraíba: Eventos que levaram à Revolução Pernambucana de 1817 e o papel desempenhado pelos paraibanos nesse movimento pró-independência | 214 |
| 3. O Ciclo do Açúcar na Paraíba: A importância econômica e social do cultivo de cana-de-açúcar e a produção de açúcar na história da Paraíba | 214 |
| 4. Participação Paraibana na Independência do Brasil Envolvimento de personalidades paraibanas na luta pela independência do Brasil em 1822 | 215 |
| 5. O Impacto da Abolição da Escravatura na Paraíba: Mudanças sociais e econômicas que ocorreram na Paraíba após a abolição da escravatura em 1888..... | 218 |

| | |
|---|-----|
| 6. A Guerra da Restauração Pernambucana na Paraíba: Eventos e figuras históricas relacionadas à Guerra da Restauração Pernambucana (1645-1654) que ocorreram na Paraíba, incluindo a resistência contra o domínio holandês..... | 220 |
| 7. A Revolução de 1817 na Paraíba: Eventos que levaram à Revolução Pernambucana de 1817 e o papel desempenhado pelos paraibanos nesse movimento pró- independência..... | 221 |
| 8. O Ciclo do Açúcar na Paraíba: A importância econômica e social do cultivo de cana-de-açúcar e a produção de açúcar na história da Paraíba | 221 |
| 9. Participação Paraibana na Independência do Brasil Envolvimento de personalidades paraibanas na luta pela independência do Brasil em 1822. | 221 |
| 10. O Impacto da Abolição da Escravatura na Paraíba: Mudanças sociais e econômicas que ocorreram na Paraíba após a abolição da escravatura em 1888..... | 221 |
| 11. À Política na Paraíba: Figuras e Eventos Notáveis: Principais líderes políticos da história da Paraíba e os eventos políticos significativos que moldaram o estado | 221 |
| 12. A Revolução de 1930 na Paraíba: Participação da Paraíba na Revolução de 1930, que levou à ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil..... | 222 |
| 13. Educação e Intelectuais na Paraíba: Desenvolvimento da educação e a contribuição de intelectuais paraibanos para a cultura e o pensamento brasileiro | 223 |
| 14. A Política na Paraíba: Figuras e Eventos Notáveis: Principais líderes políticos da história da Paraíba e os eventos | 223 |
| 15. Políticos significativos que moldaram o estado. | 224 |
| 16. A Revolução de 1930 na Paraíba: Participação da Paraíba na Revolução de 1930, que levou à ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil..... | 224 |
| 17. Educação e Intelectuais na Paraíba: Desenvolvimento da educação e a contribuição de intelectuais paraibanos para a cultura e o pensamento brasileiro | 224 |

Geografia

| | |
|--|-----|
| 1. Clima e Biomas da Paraíba: clima predominante na Paraíba e os diferentes biomas encontrados no estado, como a caatinga, a mata atlântica e as áreas costeiras..... | 225 |
| 2. Recursos Hídricos: distribuição de rios, lagos e reservatórios na Paraíba, incluindo o Rio São Francisco, que faz parte da fronteira oeste do estado | 228 |
| 3. Relevo e Geomorfologia: características do relevo paraibano, incluindo serras, planaltos e áreas costeiras, e seu impacto na geografia local..... | 230 |
| 4. Urbanização e Demografia: crescimento das cidades na Paraíba, a distribuição da população e as questões demográficas que afetam o estado | 231 |
| 5. Economia e Agricultura: principais atividades econômicas da Paraíba, como agricultura, pecuária, indústria e turismo, e como elas estão distribuídas geograficamente..... | 232 |
| 6. Transporte e Infraestrutura: infraestrutura de transporte, incluindo rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, e como ela afeta o desenvolvimento regional..... | 232 |
| 7. Meio Ambiente e Conservação: questões ambientais na Paraíba, incluindo a preservação de áreas naturais, conservação da biodiversidade e a gestão de recursos naturais | 234 |
| 8. Zoneamento Ecológico- Econômico: políticas de zoneamento ecológico-econômico da Paraíba, que visam equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental | 235 |
| 9. Riscos Naturais e Desastres: riscos naturais na Paraíba, como secas, enchentes e deslizamentos, e as medidas de mitigação e preparação | 236 |

Conhecimentos Gerais

| | |
|---|-----|
| 1. Política Nacional: Eleições presidenciais e políticas e Reformas políticas e eleitorais..... | 237 |
| 2. Economia: Situação econômica e indicadores financeiros | 237 |
| 3. Reformas tributárias e econômicas e Investimentos estrangeiros e comércio internacional..... | 238 |
| 4. Questões Sociais: Combate à pobreza e desigualdade | 238 |
| 5. Programas sociais e Educação e saúde pública..... | 238 |
| 6. Segurança Pública: Criminalidade e políticas de segurança..... | 239 |
| 7. Tráfico de drogas..... | 239 |
| 8. Milícias e corrupção policial..... | 240 |

Direitos Individuais e Coletivos

| | |
|---|-----|
| 1. Art. 5º da Constituição Federal de 1988..... | 245 |
|---|-----|

Cidadania e Segurança Pública

| | |
|---|-----|
| 1. Segurança Pública: Sistema de Segurança Pública no Brasil..... | 251 |
| 2. Direito, dever e responsabilidade da Segurança Pública | 251 |
| 3. História da Segurança Pública no Brasil | 253 |
| 4. Paradigmas de Segurança Pública..... | 254 |
| 5. Constituição Federal e a Segurança Pública..... | 255 |
| 6. Sistemas de Defesa Social no Brasil Contemporâneo. | 256 |
| 7. Cidadania: Conceito | 257 |
| 8. Objetivo | 257 |
| 9. Direitos e deveres | 258 |
| 10. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) | 259 |
| 11. Violência e Cidadania..... | 264 |

Ética no Serviço Público

| | |
|--|-----|
| 1. Transparência: A transparência nas ações do governo e Gastos públicos | 269 |
| 2. Conflito de Interesses: Dualidade entre interesses pessoais e públicos | 278 |
| 3. Igualdade e Não Discriminação: Tratamento justo e igualitário entre todos os cidadãos, sem discriminação com base em raça, gênero, religião, orientação sexual, entre outros aspectos | 279 |
| 4. Ética na Contratação e Aquisições: Princípios de contratação, aquisições e licitações, para evitar práticas corruptas ou favorecimento indevido..... | 281 |

Crimes Contra a Administração Pública

1. Crimes contra a administração pública (Artigos 312 ao 337 do Código Penal Brasileiro)..... 285

Noções de Direito Urbanístico

1. Plano Diretor: Plano Diretor, suas diretrizes; objetivos e as políticas de desenvolvimento urbano 293
2. Zoneamento: Divisão do território urbano em zonas com diferentes usos e restrições 302
3. Regularização fundiária: Regularização de áreas ocupadas de forma irregular..... 303
4. Meio ambiente e sustentabilidade: Direito Urbanístico correlacionado com a preservação do meio ambiente e à promoção da sustentabilidade; a proteção de áreas de conservação, a gestão de recursos hídricos e a redução de impactos ambientais 304
5. Licenciamento e autorizações: Uso do solo urbano e Rural 305

Material Digital

Legislação de Trânsito

1. Lei Federal nº 9.503/97 (que institui o Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, com as devidas alterações). Código de trânsito brasileiro; Composição e competência do sistema nacional de trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Pedestre e condutores de veículos não motorizados; Do cidadão; Educação para trânsito; sinalização de trânsito; Engenharia de tráfego; Da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos, veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares; Habilitação; Infração; Penalidades; Medidas administrativas; Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades; Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie 4
2. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e suas alterações: Resolução nº 14/1998 54
3. Resolução Nº 24/1998 56
4. Resolução do Contran Nº 26/1998 57
5. Resolução Contran Nº 36/1998 57
6. Resolução nº 43/98..... 57
7. Resolução nº 46/98..... 57
8. Resolução nº 87/99..... 58
9. Resolução Nº 108/1999 58
10. Resolução nº 110/00..... 58
11. Resolução nº 136/02..... 59
12. Resolução Contran nº 149/2003..... 59
13. Resolução nº 227/07..... 61
14. Resolução nº 242/2007..... 62
15. Resolução nº 432/2013..... 62
16. Resolução Contran nº 508/2014..... 66
17. Resolução Contran nº 581/2016..... 67
18. Resolução Contran nº 811/2020..... 67
19. Resolução Contran nº 819/2021..... 70
20. Resolução Contran nº 900/2022..... 72

| | |
|---|-----|
| 21. Resolução Contran nº 911/2022..... | 73 |
| 22. Resolução Contran nº 912/2022..... | 77 |
| 23. Resolução Contran nº 914/2022..... | 82 |
| 24. Resolução Contran nº 918/2022..... | 82 |
| 25. Resolução Contran nº 919/2022..... | 88 |
| 26. Resolução Contran nº 930/ 2022..... | 90 |
| 27. Resolução Contran nº 940/2022..... | 96 |
| 28. Resolução Contran nº 955/2022..... | 100 |
| 29. Resolução Contran nº 958/2022..... | 105 |
| 30. Resolução Contran nº 967/2022..... | 109 |
| 31. Resolução Contran nº 969/2022..... | 111 |
| 32. Resolução Contran nº 976/2022..... | 131 |
| 33. Resolução Contran 985/2022..... | 131 |
| 34. Resolução Contran nº 991/2023..... | 138 |
| 35. Resolução Contran nº 996/2023..... | 138 |
| 36. Portarias do DENATRAN..... | 145 |

Leis Especiais Penais

| | |
|--|-----|
| 1. Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas)..... | 148 |
| 2. Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor) e suas alterações..... | 161 |
| 3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações..... | 162 |
| 4. Lei nº 9.605/1998 (Crimes contra o Meio Ambiente) e suas alterações..... | 200 |
| 5. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas alterações..... | 207 |
| 6. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha — Violência doméstica e familiar contra a mulher) e suas alterações..... | 213 |
| 7. Lei nº 13.869/2019 (Lei do Abuso de Autoridade) e suas alterações..... | 219 |

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

– **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.”

Temos uma referência demonstrativa catafórica.

– **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Análise o exemplo:

“Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

– **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual – nominal, verbal ou frasal – por meio da figura denominando eclipse.

Exemplo:

“Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

– **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

Exemplo:

“Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

– **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

Exemplo:

“Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

— Coerência Textual

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente. A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” Os veganos não consomem produtos de origem animal.

Princípios Básicos da Coerência

– **Relevância:** as ideias têm que estar relacionadas.

– **Não Contradição:** as ideias não podem se contradizer.

– **Não Tautologia:** as ideias não podem ser redundantes.

Fatores de Coerência

– **As inferências:** se partimos do pressuposto que os interlocutores partilham do mesmo conhecimento, as inferências podem simplificar as informações.

Exemplo:

“Sempre que for ligar os equipamentos, não se esqueça de que voltagem da lavadora é 220w”.

Aqui, emissor e receptor compartilham do conhecimento de que existe um local adequado para ligar determinado aparelho.

– **O conhecimento de mundo:** todos nós temos uma bagagem de saberes adquirida ao longo da vida e que é arquivada na nossa memória. Esses conhecimentos podem ser os chamados *scripts* (roteiros, tal como normas de etiqueta), planos (planejar algo com um objetivo, tal como jogar um jogo), esquemas (planos de funcionamento, como a rotina diária: acordar, tomar café da manhã, sair para o trabalho/escola), *frames* (rótulos), etc.

Exemplo:

“Coelhinho e ovos de chocolate! Vai ser um lindo Natal!”

O conhecimento cultural nos leva a identificar incoerência na frase, afinal, “coelho” e “ovos de chocolate” são elementos, os chamados *frames*, que pertencem à comemoração de Páscoa, e nada têm a ver com o Natal.

SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.

Visão Geral: o significado das palavras é objeto de estudo da semântica, a área da gramática que se dedica ao sentido das palavras e também às relações de sentido estabelecidas entre elas.

Denotação e conotação

Denotação corresponde ao sentido literal e objetivo das palavras, enquanto a conotação diz respeito ao sentido figurado das palavras. Exemplos:

“O gato é um animal doméstico.”

“Meu vizinho é um gato.”

No primeiro exemplo, a palavra gato foi usada no seu verdadeiro sentido, indicando uma espécie real de animal. Na segunda frase, a palavra gato faz referência ao aspecto físico do vizinho, uma forma de dizer que ele é tão bonito quanto o bichano.

Hiperonímia e hiponímia

Dizem respeito à hierarquia de significado. Um hiperônimo, palavra superior com um sentido mais abrangente, engloba um hipônimo, palavra inferior com sentido mais restrito.

Exemplos:

– Hiperônimo: mamífero: – hipônimos: cavalo, baleia.

– Hiperônimo: jogo – hipônimos: xadrez, baralho.

Polissemia e monosssemia

- Evasão mediante violência contra a pessoa;
- Arrebatamento de preso;
- Motim de presos;
- Patrocínio infiel;
- Patrocínio simultâneo ou tergiversação;
- Sonegação de papel ou objeto de valor probatório;
- Exploração de prestígio;
- Violência ou fraude em arrematação judicial;
- Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos.

Aqui, o mais importante é ter em mente que denúncia caluniosa exige dolo direto do agente. Ou seja, o agente saiba que a pessoa é inocente:

Contratação direta ilegal (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Frustração do caráter competitivo de licitação (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:
Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Patrocínio de contratação indevida (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:
Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:
Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Perturbação de processo licitatório (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Violação de sigilo em licitação (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)
Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Afastamento de licitante (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Fraude em licitação ou contrato (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

III - entrega de uma mercadoria por outra;

IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Contratação inidônea (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Impedimento indevido (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-N. Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Omissão grave de dado ou de informação por projetista (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-O. Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

– adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

– recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

– proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

– audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

– regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

– simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

– isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

– estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.

– tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.

– garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

– promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.

Objetivos

O Plano Diretor tem como objetivo orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios da urbanização, preservar os princípios da reforma urbana, direito à cidade e à cidadania e gestão democrática da cidade. Um local onde ocorrem debates de interesses dos habitantes/cidadãos visando uma elaboração consciente e negociável da expansão urbana de uma maneira justa e sustentável.

Políticas de Desenvolvimento Urbano

A Política de Desenvolvimento Urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, é o conjunto de planos e ações que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente

justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

Com base no preceito do art. 182 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, de acordo com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade da propriedade urbana, e garantir o bem estar de seus habitantes, ou seja:

– A propriedade urbana, embora privada, deve ter uma função social. O proprietário de um terreno baldio tem o direito de fazer dele o que preferir em seu imóvel. Contudo, se for melhor para a cidade como um todo que aquela região onde o terreno se encontra seja exclusivamente residencial, é legítimo que o poder público fixe a obrigação de que apenas moradias sejam instaladas ali. A propriedade continua sendo privada, porém sua função social será garantida pela exigência que a lei impõe sobre seu uso;

– As cidades, não somente no Brasil, mas no mundo, cresceram de modo desordenado, criando problemas como a degradação do meio ambiente, os longos deslocamentos, a falta de saneamento básico, etc, e, desse modo, cabe à política urbana induzir o desenvolvimento inclusivo, sustentável e equilibrado, de modo a corrigir essas distorções históricas.

Assim, o planejamento urbano deve ir além dos aspectos físicos e territoriais, encarando o ordenamento do território como um meio para cumprir objetivos maiores, a citar:

– Garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

– Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

– Evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

É nesse contexto que se introduz o plano diretor como ferramenta central do planejamento de cidades no Brasil. O Estatuto da Cidade, estabelece que o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, que deve promover o diálogo entre os aspectos físicos/territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais que temos para a cidade. O plano deve ter como objetivo distribuir os riscos e benefícios da urbanização, induzindo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

